imprensaoficial

Concurso Público

55. Prova Objetiva

ANALISTA ADMINISTRATIVO (SUPRIMENTOS)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTE CADERNO.
- LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- Marque, na folha intermediária de respostas, localizada no verso desta página, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, TODAS AS RESPOSTAS ANOTADAS NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS.
- A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA SERÁ PERMITIDA APÓS TRANS-CORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA.
- AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO, PODENDO DESTACAR ESTA CAPA PARA FUTURA CONFERÊNCIA COM O GABARITO A SER DIVULGADO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



imprensaoficial

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

ANALISTA ADMINISTRATIVO (SUPRIMENTOS)

QUESTÃO	RESPOSTA				
01	A B C D E				
02	A B C D E				
03	A B C D E				
04	A B C D E				
05	A B C D E				
06	A B C D E				
07	A B C D E				
08	A B C D E				
09	A B C D E				
10	A B C D E				
11	A B C D E				
12	A B C D E				
13	A B C D E				
14	A B C D E				
15	A B C D E				
16	A B C D E				
17	A B C D E				
18	A B C D E				
19	A B C D E				
20	A B C D E				
21	A B C D E				
22	A B C D E				
23	A B C D E				
24	A B C D E				
25	A B C D E				

QUESTÃO	RESPOSTA					
26	A	В	С	D	E	
27			С		E	
28			С		E	
29	A	В	С	D	E	
30	A	В	С	D	E.	
					_	
31				<u>D</u> .		
32				<u>D</u>		
33	A	В	С	<u> </u>	E	
34	A	В	С	<u>D</u>	E	
35	A	В	С	_D	E	
	^				-	
36			С		E_	
37				<u>D</u>		
38	A	В	С			
39	A	В	С	<u>D</u>	E	
40	A	В	С	<u>D</u>	E	
41	A	В	С	D	E	
42				<u> </u>	_	
43		В			E	
43						
		B	C			
45	A	В	С		E.	
46	A	В	С	D	E	
47			С		E	
48				<u>D</u>	E	
49	A	В	С	_D	E	
50				D		

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto I para responder às questões de números 01 a 04.

Техто І

Italiano vence World Press Photo 2009; brasileiro é premiado

Bruxelas, 12 fev (EFE). – O fotógrafo italiano Pietro Masturzo foi anunciado hoje como o vencedor do concurso World Press Photo 2009 na categoria de Foto do Ano.

A foto de Masturzo mostra mulheres gritando do terraço de um prédio em Teerã no dia 24 de junho do ano passado, em meio aos protestos que se seguiram à polêmica reeleição de Mahmoud Ahmadinejad como presidente do Irã.

O brasileiro Daniel Kfouri recebeu o terceiro lugar na categoria Esportes por sua foto de um skatista no ar na Megarrampa, em São Paulo.

O júri premiou os trabalhos de 63 fotógrafos de 23 nacionalidades em dez categorias.(...) As imagens vencedoras foram escolhidas dentre as mais de 100 mil inscritas por quase seis mil fotógrafos, um recorde do concurso.

Masturzo receberá o prêmio durante uma cerimônia que acontecerá no dia 2 de maio em Amsterdã, assim como um prêmio em dinheiro no valor de dez mil euros e equipamento de fotografia digital de última geração.

(http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2010/02/12/ult1766u35134.jhtm. Acesso em 15.02.2010. Com cortes)

- **01.** De acordo com o texto, a Foto do Ano retrata
 - (A) um protesto de mulheres pela reeleição do presidente do Irã em meados de 2009.
 - (B) um skatista no ar na Megarrampa, em São Paulo, em 24 de junho de 2009.
 - (C) a cerimônia de premiação do italiano Pietro Masturzo, em Amsterdã.
 - (D) mulheres gritando no terraço de um prédio com medo dos protestos em Teerã.
 - (E) Daniel Kfouri recebendo o prêmio do concurso World Press Photo 2009.

- **02.** Na frase "foto de um skatista *no* ar *na* Megarrampa, *em* São Paulo", pode-se dizer que, nas três vezes em que aparece (*em*+*o*, *em*+*a*, *em*), a preposição *em* indica
 - (A) tempo.
 - (B) lugar.
 - (C) finalidade.
 - (D) adição.
 - (E) direção.
- **03.** Assinale a alternativa que substitui a expressão destacada na frase do texto a seguir, sem alterar-lhe o sentido.
 - (...) os protestos que se seguiram à *polêmica* reeleição de Mahmoud Ahmadinejad como presidente do Irã.
 - (A) indiscutível.
 - (B) contraditória.
 - (C) forjada.
 - (D) perigosa.
 - (E) controvertida.
- **04.** Assinale a alternativa que reescreve corretamente a frase a seguir na voz passiva verbal.

O júri premiou os trabalhos de 63 fotógrafos de 23 nacionalidades em dez categorias.

- (A) Os trabalhos de 63 fotógrafos de 23 nacionalidades em dez categorias premiaram o júri.
- (B) Os trabalhos de 63 fotógrafos de 23 nacionalidades em dez categorias o júri premiou.
- (C) Os trabalhos de 63 fotógrafos de 23 nacionalidades em dez categorias foram premiados pelo júri.
- (D) Premiaram os trabalhos de 63 fotógrafos de 23 nacionalidades em dez categorias pelo júri.
- (E) Premiou-se pelo júri os trabalhos de 63 fotógrafos de 23 nacionalidades em dez categorias.

Texto II

O pêndulo e a imagem

Há tempos se fala sobre o uso exagerado do Photoshop, suas consequências para a fotografia contemporânea e seu óbvio distanciamento da realidade.

(Clicio Barroso, 31.07.2009)

O assunto é polêmico e merece uma reflexão mais apurada: a necessidade e as consequências éticas de se transformar radicalmente as fotos, sejam elas comerciais ou autorais. (...)

O Photoshop é certamente poderosíssimo e possui mais de 5 mil comandos e menus. (...) A verdade é que o programa sozinho não faz nada, nem é capaz de modificar ou alterar realidade alguma. O problema está certamente com o operador, com o cliente e com quem consome essas imagens — e o que deveria ser apenas uma excelente ferramenta de ajustes tonais, cromáticos e de pequenos retoques acabou se tornando, nas mãos de usuários inábeis, uma vilã da modernidade. (...)

Esse poder quase ilimitado de manipulação tem sido usado comercialmente pela publicidade, pelas editoras de revistas e pelo jornalismo, provocando uma mudança profunda no modo de se olharem fotografias, alterando nossa percepção visual e fazendo com que a imagem que era perfeitamente aceitável há dez anos em termos de qualidade seja agora considerada "tosca", mal acabada. (...)

O ofício, que já foi domínio absoluto de especialistas e fotógrafos, passou a ser disponível a todo e qualquer indivíduo que possua um computador e um aplicativo gráfico instalado, fazendo com que aberrações de todas as espécies fossem aceitas, publicadas e muitas vezes elogiadas. (...) Por outro lado, mesmo aqueles profissionais que possuem as habilidades técnicas para realizar o trabalho com perfeição são, muitas vezes, levados ao exagero por imposição de quem os contrata, que obviamente deveriam estar cuidando de outros assuntos e deixando o bom profissional decidir qual é o limite do verossímil, do ético e do estético. (...)

Concluímos assim que, atualmente, o pêndulo do inaceitável atingiu seu ápice, e para voltar ao ponto de equilíbrio uma contraproposta está se apresentando: o uso do "não-Photoshop". Fotos sem maquiagem, sem processamento algum além daquele efetuado pela câmera, sem tratamento de nenhuma espécie. É uma tendência que toma corpo e tem se intensificado, mas que tem encontrado forte resistência, pois, apesar do entusiasmo dos fotógrafos e editores que a apoiam, o público não consegue mais enxergar beleza no que está próximo à realidade cotidiana. Ele pensa que a fotografia tem que ser alterada, glamourizada.

Minha opinião é que a própria inércia (e a gravidade) trarão de volta o equilíbrio desejado ao pêndulo: fotos processadas que exibam o olhar do autor ou fotos tratadas que tenham um fim comercial definido serão menos falsas e mais próximas da realidade tangível, retomando a sensação de verdade que sempre acompanhou a fotografia mais direta, o "espelho com memória" que tanto nos fascina. E o Photoshop, bem utilizado, vai continuar dominando as operações de processamento/ajustes/retoques absolutamente necessárias e inevitáveis quando se trata de fotografia digital.

(http://photos.uol.com.br/materia.asp?id_materia=6148. Acesso em 15.02.2010. Com cortes)

- **05.** No texto, a principal crítica que se faz ao Photoshop é:
 - (A) o uso exagerado dos seus recursos provoca falsificação da realidade.
 - (B) o fato de estar disponível na internet para utilização de qualquer indivíduo.
 - (C) o seu emprego em fotografias digitais comerciais, publicitárias e jornalísticas.
 - (D) os seus 5 mil comandos e menus produzem más fotografias, toscas.
 - (E) o seu emprego descontrolado provoca problemas visuais nas pessoas.
- **06.** Considere os seguintes trechos do texto:
 - I. O Photoshop é certamente poderosíssimo e possui mais de 5 mil comandos e menus.
 - II. Fotos sem maquiagem, sem processamento algum além daquele efetuado pela câmera, sem tratamento de nenhuma espécie.
 - III. ... o público não consegue mais enxergar beleza no que está próximo à realidade cotidiana. Ele pensa que a fotografia tem que ser alterada, glamourizada.
 - IV. ... o Photoshop, bem utilizado, vai continuar dominando as operações de processamento/ajustes/retoques absolutamente necessárias e inevitáveis quando se trata de fotografia digital.

Os trechos que manifestam opiniões do autor são, apenas,

- (A) II e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e IV.
- **07.** Assinale a alternativa que reescreve corretamente a frase a seguir, no plural.

Ele pensa que a fotografia tem que ser alterada, glamourizada.

- (A) Eles pensão que a fotografia tem que ser alterada, glamourizada.
- (B) Eles pensão que as fotografias têm que serem alteradas, glamourizadas.
- (C) Eles pensam que as fotografías tem que ser alteradas, glamourizadas.
- (D) Eles pensam que as fotografías têm que ser alteradas, glamourizadas.
- (E) Eles pensam que as fotografías tem que serem alteradas, glamourizadas.

- **08.** Assinale a alternativa que substitui adequadamente por pronome a expressão em destaque na frase: ... a sensação de verdade que sempre acompanhou *a fotografia*...
 - (A) ... a sensação de verdade que sempre a acompanhou...
 - (B) ... a sensação de verdade que sempre lhe acompanhou...
 - (C) ... a sensação de verdade que sempre acompanhou-a...
 - (D) ... a sensação de verdade que sempre acompanhou-lhe...
 - (E) ... a sensação de verdade que sempre acompanhou-la...

Leia o texto III para responder às questões de números 09 e 10.

Texto III

Painel do Leitor

Arruda

Pelo menos *neste* Carnaval, o governador José Roberto Arruda pode dizer que "dançou". E como destaque.

(C.G. - São Paulo, SP)

De tanto verificar que, somente em momentos de graves situações em *nosso* país — crimes hediondos, tragédias no ar, no chão, na água e na política —, as autoridades fazem-se presentes nas providências, *mas* que depois empurram os problemas para "debaixo do tapete", estou antevendo que o caso do governador Arruda vai ficar também sem punição.

(J.B.C. - Bauru, SP)

(http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1502201010.htm. Acesso em 15.02.2010. Com cortes)

09. Assinale a alternativa que preenche adequadamente os espaços da frase a seguir.

Na primeira carta, o pronome *neste* indica _______na segunda carta, o pronome *nosso* refere-se ______

- (A) a data de publicação da carta pelo jornal ... aos brasileiros
- (B) os dias do Carnaval de 2010 ... ao autor da carta
- (C) a data de publicação da carta pelo jornal ... ao leitor da carta
- (D) os dias do Carnaval de 2010 ... ao autor da carta e alguns brasileiros
- (E) o período do Carnaval de 2010 ... ao autor e aos leitores da carta
- **10.** Em relação à oração anterior, a conjunção *mas*, destacada na segunda carta, expressa
 - (A) finalidade.
 - (B) oposição.
 - (C) possibilidade.
 - (D) consequência.
 - (E) explicação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 11. Sobre os princípios da Administração Pública, pode-se afirmar que
 - (A) o princípio da publicidade não assegura ao ato administrativo seus efeitos externos.
 - (B) o princípio da impessoalidade referido no artigo 37 da Constituição Federal nada mais é do que o clássico princípio da finalidade.
 - (C) os princípios da moralidade, da razoabilidade e da eficiência necessitam de regulamentação legal para que sejam aplicáveis a casos concretos.
 - (D) o princípio da publicidade veda, em qualquer hipótese, seja atribuído sigilo aos atos praticados pela Administração Pública.
 - (E) a responsabilidade do Estado não se aplica a quaisquer das funções públicas.
- 12. Dentre os princípios que devem ser obedecidos pela Administração, um exige resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento às necessidades da comunidade e de seus membros. Esse verdadeiro dever de boa administração é o princípio da
 - (A) impessoalidade.
 - (B) legalidade.
 - (C) moralidade.
 - (D) publicidade.
 - (E) eficiência.
- **13.** Considerando os deveres do Administrador Público, assinale a alternativa correta.
 - (A) O dever de prestar contas alcança não só administradores de entidades e órgãos públicos como, também, os entes paraestatais e até os particulares que recebam subvenções estatais para aplicação determinada.
 - (B) Pelo dever de eficiência, o desempenho funcional do servidor está adstrito à produtividade, sendo a perfeição do trabalho e sua adequação técnica devida ao Chefe do Executivo.
 - (C) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, porém não ensejarão a indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao Erário.
 - (D) Cada agente administrativo é investido da necessária parcela de poder público para o desempenho de suas atribuições. Esse poder é usado como atributo do cargo ou da função, sendo privilégio da pessoa que o exerce.
 - (E) Quando a autoridade competente para praticar o ato exorbita no uso de suas faculdades administrativas, caracteriza-se o excesso de motivação.

- **14.** Os atos administrativos nascem com a presunção de legitimidade. Essa presunção decorre
 - (A) do princípio da supremacia do interesse público.
 - (B) da veracidade das ações da Administração.
 - (C) da auto-executoriedade a que se subordinam os atos administrativos.
 - (D) do princípio da legalidade da Administração.
 - (E) da idoneidade da Administração.
- **15.** Autoridade administrativa presenciou a prática de ato de seu subordinado, a configurar ilícito administrativo. Considerando-se que tal autoridade tem competência para aplicar ao subordinado a respectiva pena disciplinar,
 - (A) poderá aplicá-la de imediato, invocando o princípio da autotutela.
 - (B) ainda assim deverá iniciar processo administrativo, tendente à aplicação da penalidade, em razão do princípio da ampla defesa.
 - (C) deverá aplicá-la de imediato, sob pena de estar, por sua vez, praticando ato ilícito ao omitir-se na defesa do interesse público.
 - (D) poderá aplicá-la de imediato, invocando o princípio da verdade sabida.
 - (E) ainda assim deverá iniciar processo administrativo, tendente à aplicação da penalidade, em razão do princípio da inércia.
- **16.** Estão previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, além da legalidade e da moralidade, os seguintes princípios básicos da Administração Pública:
 - (A) publicidade, supremacia do interesse público e impessoalidade.
 - (B) impessoalidade, proporcionalidade, segurança jurídica e razoabilidade.
 - (C) impessoalidade, publicidade e eficiência.
 - (D) ampla defesa, contraditório e motivação.
 - (E) impessoalidade, supremacia do interesse público e razoabilidade.
- 17. Publicidade é a divulgação oficial do ato administrativo para conhecimento público e início de seus efeitos externos. Nesse sentido, é correto afirmar que
 - (A) a publicidade é o único elemento formativo do ato administrativo.
 - (B) a publicidade é requisito de eficácia e moralidade.
 - (C) os atos administrativos irregulares convalidam-se com a publicação.
 - (D) da publicação dos atos negociais é necessário constar apenas o seu objeto.
 - (E) apenas a Administração Direta tem o dever de proceder à publicação de seus atos no Diário Oficial.

- 18. São requisitos necessários à formação do ato administrativo:
 - (A) vinculação, formalidade, competência e objeto.
 - (B) motivação, forma, objeto e validade.
 - (C) forma, sujeito, vinculação e publicidade.
 - (D) legalidade, finalidade, competência e territorialidade.
 - (E) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- **19.** Os atos administrativos, como emanação do Poder Público, contêm atributos que os distinguem dos atos jurídicos privados. Esses atributos são:
 - (A) presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
 - (B) imperatividade, motivação e eficiência.
 - (C) presunção de legitimidade, auto-executoriedade e formalidade.
 - (D) presunção de legitimidade, eficiência e auto-executoriedade.
 - (E) motivação, eficiência e legalidade.
- 20. Regulamentos são atos administrativos
 - (A) normativos, de atuação interna, disciplinadores de situações gerais que objetivam prover o funcionamento dos órgãos da Administração.
 - (B) expedidos privativamente pelo Chefe do Executivo, postos em vigência por decreto, com o fim de explicar o modo e a forma de execução da lei ou prover situações ainda não disciplinadas em lei.
 - (C) inferiores às leis, entretanto podem contrariá-las quando persistir o interesse público.
 - (D) normativos ou decisórios emanados de órgãos colegiados.
 - (E) internos pelos quais os chefes de órgãos, repartições ou serviços expedem determinações gerais ou especiais a seus subordinados.
- 21. Assinale a alternativa correta.
 - (A) As funções delegadas se confundem com atividades meramente fiscalizadas pelo Estado.
 - (B) Se para o particular o dever de agir é uma faculdade, para o administrador é uma obrigação de atuar, desde que não se apresente em benefício da comunidade.
 - (C) Agentes Públicos são todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal.
 - (D) A omissão da autoridade ou o silêncio da Administração não gera responsabilidade para o agente.
 - (E) Os agentes administrativos jamais respondem por culpa pelas lesões que causem à Administração.

6

- 22. Atos administrativos punitivos são os que contêm uma sanção imposta pela Administração para aqueles que infringem disposições legais, regulamentares ou ordinárias dos bens ou serviços públicos. Nesse contexto, os atos administrativos
 - (A) visam punir e reprimir as infrações administrativas ou a conduta irregular dos servidores ou dos particulares perante a Administração.
 - (B) são negociais, na medida em que as sanções resultam do descumprimento de cláusulas contratuais dos negócios públicos.
 - (C) podem ser apenas de atuação externa, como a multa e a interdição de atividades.
 - (D) têm alterada sua finalidade, quando expressa na norma legal ou implícita no ordenamento da Administração, o que não caracteriza desvio de poder.
 - (E) punitivos não podem ser aplicados pelas Autarquias e Fundações.
- 23. Considerando que tem competência para policiar a entidade que dispõe do poder de regular a matéria, é cediço que os assuntos de interesse nacional ficam sujeitos à regulamentação e ao policiamento da União. As matérias de interesse regional sujeitam-se às normas e à polícia estadual, e os assuntos de interesse local subordinam-se aos regulamentos edilícios e ao policiamento administrativo municipal. Partindo dessas afirmações, é correto afirmar:
 - (A) Poder de Polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado.
 - (B) Polícia Administrativa Especial é aquela que cuida genericamente da segurança, salubridade e moralidade pública.
 - (C) O Poder de Polícia delegado nasce com a entidade que o exerce e nele se compreende a imposição de taxas.
 - (D) A extensão do Poder de Polícia não é ampla, já que não abrange a proteção à moral e aos bons costumes.
 - (E) Sob a invocação do Poder de Polícia, pode a autoridade anular as liberdades públicas, porém não pode anular o exercício de profissão regulamentada.
- **24.** Conforme disposições do Estatuto das Licitações, é inexigível a licitação
 - (A) para a impressão de formulários padronizados de uso da Administração, por órgãos ou entidades que integrem a Administração e que tenham sido criados para esse fim específico.
 - (B) na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos, para prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra.
 - (C) quando não acudirem interessados na licitação anterior e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.
 - (D) para aquisição de materiais que só podem ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
 - (E) nos casos de emergência ou de calamidade.

- 25. Serviço Público é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado. Considerando esse conceito, bem como a classificação dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.
 - (A) Serviço de Utilidade Pública são os que a Administração, reconhecendo sua necessidade para os membros da coletividade, presta-os diretamente.
 - (B) Serviços próprios do Estado são aqueles que se relacionam diretamente com as atribuições do Poder Público e para a execução dos quais a Administração usa de sua supremacia com os administrados.
 - (C) Serviços industriais são os que produzem renda para quem os presta, porém essa remuneração não se denomina tarifa ou preço público.
 - (D) Serviços gerais, como o de iluminação pública, são os que a Administração presta quando tem usuários determinados.
 - (E) Serviços públicos individuais são os que têm usuários determinados, porém, uma vez implantados, não geram direitos à sua obtenção por todos os administrados.
- **26.** Em execução judicial movida em face da Companhia do Metropolitano de São Paulo METRÔ, foi determinada a penhora dos seus recursos financeiros. O STF suspendeu tal decisão, sob o fundamento de que
 - (A) a empresa presta serviço público essencial, sobre o qual recai o princípio da continuidade.
 - (B) se trata de sociedade de economia mista, que não pode ter seus bens penhorados.
 - (C) se trata de entidade estatal que exerce atividade econômica em sentido estrito, não podendo ocorrer descontinuidade nesse exercício.
 - (D) os recursos financeiros do METRÔ têm natureza de bem público, razão pela qual só podem ser penhorados no regime de precatórios.
 - (E) os bens do METRÔ são cedidos em comodato às empresas operadoras dos trens.
- **27.** Dois prefeitos de cidades vizinhas contrataram um mesmo engenheiro, com ótima qualificação funcional, para ocupar cargos em comissão de Chefe de Gabinete desses municípios. Estão corretos tais procedimentos?
 - (A) Não, a não ser que haja compatibilidade de horários, visto que se trata de municípios vizinhos.
 - (B) Sim, porque se trata de cargos em comissão.
 - (C) Não, porque a Constituição Federal veda acumulação desses cargos.
 - (D) Sim, desde que o engenheiro realmente tenha boa qualificação e abra mão de uma das remunerações.
 - (E) Sim, porque ambos os cargos são de Chefe de Gabinete.

- 28. São modalidades de licitação:
 - (A) a concorrência, a tomada de preço, o convite, o concurso e o leilão.
 - (B) apenas a concorrência, a tomada de preço e o convite.
 - (C) apenas a concorrência e a tomada de preços.
 - (D) apenas a concorrência.
 - (E) apenas o concurso e o leilão.
- 29. A Imprensa Oficial do Estado S.A., após regular procedimento licitatório, celebra contrato de prestação de serviços de segurança patrimonial com empresa sediada no Estado de Minas Gerais. Após a celebração do ajuste, o Diretor-Presidente da empresa, alegando interesse público, deseja alterar o objeto de contrato para serviços especializados de limpeza, haja vista ser a contratada empresa especializada também em limpeza. É possível à Imprensa Oficial do Estado efetuar a alteração do contrato?
 - (A) Sim, porque se trata de ato discricionário.
 - (B) Sim, pelo poder da Administração de alteração unilateral dos contratos.
 - (C) Não, porque se trata de serviço técnico especializado.
 - (D) Não, pelo princípio da vinculação ao edital de licitação.
 - (E) Não, haja vista que as empresas que acudiram ao certame licitatório não eram especializadas em limpeza.
- **30.** Fundamentado na Lei n.º 10.520/02, assinale a alternativa correta.
 - (A) Uma vez declarado o vencedor do Pregão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso.
 - (B) O Pregão deve ser presidido por uma Comissão de Licitação formada por três pregoeiros.
 - (C) O Pregão pode ser utilizado para contratação de serviços singulares, desde que os participantes tenham notória especialidade em seu ramo de atuação.
 - (D) O Pregão somente pode ser aplicado para contratações públicas com, no máximo, 12 (doze) meses de duração.
 - (E) No Pregão não há publicação oficial.
- 31. Certa empresa pública pretende comprar uma determinada escultura, já premiada, de autoria de artista consagrado, para colocar no saguão de sua nova sede. Nesse caso,
 - (A) pode fazê-lo sem licitação, pois a empresa pública não está sujeita a ela.
 - (B) a licitação pode ser dispensada.
 - (C) pode ser adquirida pela modalidade de Pregão.
 - (D) deve abrir um concurso e possibilitar a outros artistas a oportunidade de apresentação de propostas sobre o mesmo tema.
 - (E) a licitação deve ser feita, vencendo aquele que, nos termos da lei, apresentar a melhor proposta.

- **32.** Configurar o Pregão como uma modalidade licitatória significa adotar um novo procedimento, além daqueles tradicionais previstos na Lei Federal n.º 8.666/93, para a seleção da proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia. Assim, o que diferencia o Pregão das demais modalidades licitatórias é
 - (A) a possibilidade de o licitante que se considerar prejudicado apresentar recurso contra decisão do agente público responsável pela licitação.
 - (B) a possibilidade de aplicação de sanções contra o licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato.
 - (C) a utilização do critério de menor preço para julgamento das propostas.
 - (D) a possibilidade de os licitantes apresentarem, verbal e sucessivamente, propostas melhores do que a originalmente apresentada.
 - (E) a possibilidade de anulação do procedimento por ilegalidade.
- 33. O reajustamento contratual de preços e de tarifas é a medida convencionada entre as partes contratantes para evitar que, em razão das elevações do mercado, da desvalorização da moeda ou do aumento geral de salários no período do contrato administrativo, venha a romper-se o equilíbrio financeiro do ajuste. Nesse contexto, é correto asseverar que
 - (A) para que se altere a relação encargo-remuneração em prejuízo do contratado, a Administração deve proceder à majoração do preço.
 - (B) o reajuste de preços ou de tarifas é conduta contratual autorizada por lei para corrigir os efeitos da inflação.
 - (C) não se devem adotar tarifas indexadas ou indexação de preços nos contratos de longa duração para se obter o reajustamento.
 - (D) o reajuste de preços ou de tarifas decorre da imprevisão dos contratantes.
 - (E) apenas o encarecimento da matéria prima influi nos custos da produção de bens e operação de serviços.
- 34. No contrato administrativo, cláusulas exorbitantes são as
 - (A) que exigem garantia contratual e seguros por dano material e moral.
 - (B) colocadas no contrato, que extrapolam o seu objeto.
 - (C) que estabelecem obrigações para as partes, não previstas em lei.
 - (D) que fixam a duração do contrato além da vigência dos respectivos créditos orçamentários e estabelecem o foro do domicílio do contratado como competente para dirimir qualquer questão sobre o contrato.
 - (E) que conferem determinadas prerrogativas à Administração Pública, colocando-a em situação de superioridade em relação ao particular contratado.

- 35. Ato ou contrato formal pelo qual a Administração Pública confere a um particular (pessoa física ou jurídica), normalmente sem prévia licitação, a prerrogativa de exercer certas atividades materiais ou técnicas, em caráter instrumental ou de colaboração com o poder público, a título oneroso, remunerado, na maioria das vezes, diretamente pelos interessados, configura, tipicamente,
 - (A) autorização não precária.
 - (B) parceria público-privada.
 - (C) credenciamento.
 - (D) licença remunerada.
 - (E) permissão.
- **36.** Assinale a alternativa correta.
 - (A) A obrigação de indenizar o dano não surge da teoria do risco administrativo.
 - (B) O Estado, por meio de suas empresas, tem seguro contra riscos de engenharia.
 - (C) Embora a construção do "Parque Gráfico" seja um fato administrativo, deriva sempre de um ato administrativo de quem ordena sua execução.
 - (D) A Imprensa Oficial contratou empreiteira pelo critério do menor preço e esta não tinha qualificação técnica.
 - (E) O ordenador da obra, possivelmente, não era profissional habilitado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura CREA.
- 37. Extinto o prazo de contrato administrativo de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamento gráfico, foi ele prorrogado tacitamente enquanto não concluído o processo licitatório para a efetivação de novo contrato visando a idêntico objeto. O atraso na licitação decorreu de suspensão, por liminar judicial, do seu procedimento. É correto o pagamento do contratado pelos serviços realizados no período não coberto pelo prazo contratual inicial?
 - (A) Sim, a título de ressarcimento, para evitar enriquecimento ilícito do Estado.
 - (B) Não, a não ser que a Administração celebre posteriormente contrato escrito, atribuindo-lhe efeitos pretéritos.
 - (C) Não, porque a Administração não pode alegar atraso na licitação (de total previsibilidade) para justificar contrato oral.
 - (D) Sim, desde que o agente público responsável pela contratação tácita não venha a ser considerado culpado pela violação do dever funcional que tenha acarretado a contratação irregular.
 - (E) Sim, em decorrência do princípio do informalismo.

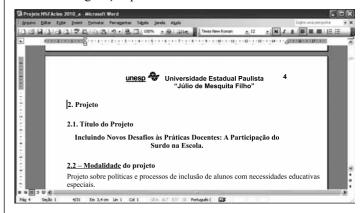
- **38.** O Controle Administrativo exercido pelo Executivo, bem como pelos órgãos de administração dos demais Poderes sobre suas próprias atividades, visam mantê-las dentro da lei, segundo as necessidades do serviço e as exigências técnicas e econômicas de sua realização. Sob esses aspectos, é correto afirmar que
 - (A) a Administração só deve anular seus próprios atos quando houver provocação de terceiros.
 - (B) a revogação, quando provocada por ato do Poder Legislativo, gera para o particular direito à indenização.
 - (C) a Administração só anula o ato ilegal e revoga ou altera o ato legal quando inconveniente ou inoportuno, se houver apreciação judicial e após o trânsito em julgado da sentença.
 - (D) os meios de controle administrativos, de um modo geral, não se bipartem em fiscalização hierárquica e recursos administrativos.
 - (E) o Controle Administrativo pode e deve operar para que a atividade pública, em geral, se realize com legitimidade e eficiência, atingindo sua finalidade plena, que é a satisfação das necessidades coletivas e o atendimento dos direitos individuais dos administrados.
- **39.** O Tribunal de Contas pode anular um ato administrativo editado sem nenhum vício de formalidade ou legalidade, sob a alegação de que, embora o ato administrativo atenda aos comandos legais, ele estaria desvinculado do seu resultado?
 - (A) Sim, pelos princípios da finalidade e da eficiência, o Tribunal de Contas pode avaliar se os atos administrativos estão ou não vinculados às políticas públicas de derivação constitucional.
 - (B) Não, porque o ato preencheu todos os requisitos legais.
 - (C) Sim, porque cabe ao Tribunal de Contas a palavra final sobre a discricionariedade dos atos administrativos.
 - (D) Não, porque o Tribunal de Contas não tem competência para analisar a finalidade dos atos administrativos, e sim, apenas a sua economicidade.
 - (E) Não, pois não cabe ao Tribunal de Contas avaliar os atos da Administração Direta.
- **40.** Considerando as Súmulas do Tribunal de Contas do Estado, assinale a alternativa correta.
 - (A) A prova de exclusividade na aquisição de materiais, como justificativa de dispensa de licitação, pode se limitar à declaração da própria firma.
 - (B) Basta o simples tabelamento de um produto para dispensar a administração pública de adquiri-lo sem a realização de certame licitatório.
 - (C) Em procedimento licitatório, não é permitido exigir-se, para fins de habilitação, certificações de qualidade ou quaisquer outras não previstas em lei.
 - (D) É permitida a utilização de licitação do tipo "técnica e preço" para coleta de lixo e implantação de aterro sanitário.
 - (E) Em procedimento licitatório, é permitido exigir comprovação de quitação de anuidade junto a entidades de classe como condição de participação.

- **41.** Nos termos do Decreto Estadual n.º 47.297/2002, descaracteriza atribuição do pregoeiro:
 - (A) a coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório.
 - (B) a classificação das ofertas, conjugadas às propostas e aos lances.
 - (C) a negociação do preço, visando à sua redução.
 - (D) a análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço.
 - (E) o encaminhamento para a autoridade superior proceder à adjudicação do objeto ao licitante vencedor.
- **42.** A alienação de bens da Imprensa Oficial, subordinada à existência de interesse público, deve estar devidamente justificada. Dentre as formas de alienação de bens imóveis, assinale a alternativa em que essa transferência exige, necessariamente, a observância de autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência pública.
 - (A) Concessão de uso.
 - (B) Venda.
 - (C) Doação.
 - (D) Dação em pagamento.
 - (E) Permuta.
- **43.** Assinale a alternativa que contempla afirmativa correta.
 - (A) A Administração pode isentar de responsabilidade civil seus servidores, porque possui disponibilidade sobre o seu patrimônio.
 - (B) É essencial para a existência da responsabilidade civil que o ato culposo do servidor cause dano patrimonial à Administração.
 - (C) Apenas a comprovação da culpa do servidor é feita através de processo administrativo.
 - (D) A absolvição na ação penal, por falta de provas ou ausência de dolo, sempre exclui a culpa administrativa e civil do servidor público.
 - (E) A responsabilidade civil do servidor por danos causados a terceiros no exercício de suas atividades funcionais independe da comprovação de sua culpa em ação regressiva proposta pela Administração.
- **44.** Observadas certas regras, os bens de domínio dos Estados e dos Municípios podem ser desapropriados. Desse modo, um bem de
 - (A) um Município pode ser desapropriado pela União ou pelo Estado.
 - (B) um Município pode ser desapropriado pela União, pelo Estado e pelos Municípios limítrofes.
 - (C) um Estado pode ser desapropriado pela União ou pelo Município onde estiver localizado.
 - (D) domínio de uma pessoa jurídica de direito público só pode ser desapropriado por prévia autorização legislativa federal.
 - (E) um Estado ou de um Município independe de autorização legislativa quando o poder desapropriante for, respectivamente, a União ou o Estado.

45. Na barra de Revisão do MS Word 2003 exibida a seguir, o ícone apontado pela seta deve ser acionado quando se deseja



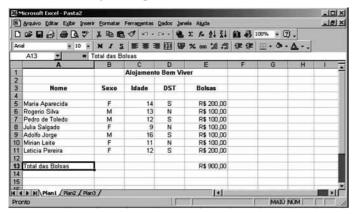
- (A) Mostrar painel de revisão.
- (B) Cancelar alterações.
- (C) Inserir comentário.
- (D) Aceitar alteração.
- (E) Fazer alterações.
- **46.** Observe a imagem do texto digitado no MS Word 2003, em sua configuração padrão.



Com o cursor posicionado antes do número dois, na primeira linha do texto, foram pressionadas as teclas Ctrl + Enter. O efeito obtido no texto foi:

- (A) o avanço de uma linha para baixo.
- (B) o cursor avançou uma linha.
- (C) a tabulação do parágrafo.
- (D) o avanço de uma página.
- (E) a eliminação da linha.
- **47.** Com relação ao envio de *e-mail*, com arquivos anexos, assinale a alternativa correta.
 - (A) Não se pode enviar arquivo com extensão .bmp.
 - (B) O limite do tamanho do arquivo anexo é de 20 kbytes.
 - (C) Arquivos anexos têm maior facilidade de envio se estiverem compactados.
 - (D) Não se pode enviar um *e-mail* com arquivo anexo para mais de 30 pessoas simultaneamente.
 - (E) Conteúdo de arquivos com extensão .txt deve ser colocado no corpo do *e-mail* e não deve ser anexado.
- **48.** No Internet Explorer 8, em sua configuração padrão, no menu Ferramentas, Opções da Internet, na aba Conteúdo, pode-se habilitar a classificação de conteúdo a ser exibido como
 - (A) Nenhum, Limitado, Alguns e Irrestrito.
 - (B) Ler, Editar, Limitado e Alguns.
 - (C) Todos, Ler, Alterar e Limitado.
 - (D) Alguns, Irrestrito, Todos e Limitado.
 - (E) Nenhum, Todos, Limitado e Alguns.

49. Observe a imagem da planilha digitada no MS Excel 2003, em sua configuração padrão.



Assinale a expressão que deve ser aplicada em E5 e copiada para as células E6, E7, E8, E9, E10 e E11, de forma a atribuir o valor de R\$ 100,00 caso o aluno seja do sexo feminino (F), idade maior ou igual a 12 anos e DST igual a sim (S); caso contrário, atribuir o valor R\$ 200,00.

- (A) =SE(B5="F" AND C5>=12 AND D5="S";200;100)
- (B) =SE(B5="F";C5>=12;D5="S");100;200)
- (C) =SE(E(B5="F";C5>=12;D5="S");100;200)
- (D) =SE(OU(B5="F";C5>=12;D5="S");200;100)
- (E) =SE(E(B5="F";C5>=12;D5="S");200;100)
- **50.** Observe a imagem da planilha digitada no MS Excel 2003, em sua configuração padrão.



A expressão que deve ser aplicada para se calcular o campo % do Total, na célula E4, quando os elementos da célula C4 forem maiores ou iguais a três e preencher com zero em caso contrário, sendo copiada através da alça de preenchimento para as células E5 e E6, é

- (A) =SE(C4>3;((D4*100)/D\$8);0)
- (B) =SE(C4>=3;((D4*100)/D\$8);0)
- (C) =SE(C4>=3;((D4*D\$8)/100);0)
- (D) =SE(C4>=3:((D4*100)/D\$8):0)
- (E) =SE(C4>=3:((D4*\$D8)/100):0)